

## A fronteira entre cristãos e muçulmanos: uma terra de ninguém?

### The border between Christians and Muslims: a no man's land?

Marcio Felipe Almeida da Silva<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar uma breve discussão historiográfica sobre a fronteira entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica. Pretendemos também, neste trabalho, estabelecer uma reflexão sobre o conceito de terras de ninguém com base na documentação produzida ao longo do século XIII. Diferente do mundo atual, em que os Estados modernos necessitam de fronteiras precisas e estabelecem linhas de demarcação tão estreitas, que é impossível habitar sobre elas, a fronteira castelhana foi durante o medievo uma faixa de terra larga o suficiente para ser compreendida como um território, cuja autoridade não estava completamente definida, um espaço sujeito a investidas tanto de cristãos como muçulmanos.

**Palavras-chave:** Castela; Fronteira; Idade Média.

#### Abstract

The purpose of this article is to present a brief historiographical discussion on the border between Christians and Muslims in the Iberian Peninsula. We also intend, in this work, to reflect on the concept of nobody's land based on the documentation produced throughout the 13th century. Unlike the modern world, in which modern states need precise borders and establish lines of demarcation so narrow that it is impossible to live on them, the Castilian border was, during the medieval period, a strip of land wide enough to be understood as a territory, whose territory authority was not completely defined, a space subject to attacks by both Christians and Muslims.

**Keywords:** Castile; Border; Middle Ages.

Já faz algum tempo que a historiografia tem se preocupado em responder se a fronteira da Andaluzia foi ou não uma linha de separação física. A documentação produzida ao longo do século XIII nos impede de enxergar os limites entre cristãos e muçulmanos como qualquer coisa que não seja um conjunto de franjas territoriais frequentemente atravessadas por comerciantes, aventureiros e cavaleiros interessados em devastar o território inimigo ou que rompiam seus laços de fidelidade com as monarquias feudais. Mesmo se a documentação cronística deixasse alguma dúvida sobre o caráter espacial da fronteira, os pesquisadores estão cada vez mais certos de que ela foi uma zona ampla, permeável e transitável. O próprio conceito de espaço enquadra-se melhor à área colonizada pelos castelhanos em *al-Andalus*, do que a uma noção de linha fixa e imutável aplicada às fronteiras de hoje. Diferente do mundo atual, em que os Estados

<sup>1</sup> Doutor em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense. Professor da UNIABEU-Centro Universitário e membro do grupo de pesquisa *Translatio Studii* (UFF). E-mail: marcio.castela@gmail.com.

modernos necessitam de fronteiras precisas e estabelecem linhas de demarcação tão estreitas, que é impossível habitar sobre elas, a fronteira castelhana foi, durante o medievo, uma faixa de terra larga o suficiente para ser compreendida como um território, cuja autoridade não estava completamente definida, um espaço sujeito a investidas tanto de cristãos, quanto de muçulmanos. Logo, como propôs Philippe Sénac, a fronteira era, neste período, a negação da própria ideia de limite (SÉNAC, *Apud*: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2001. p. 294).

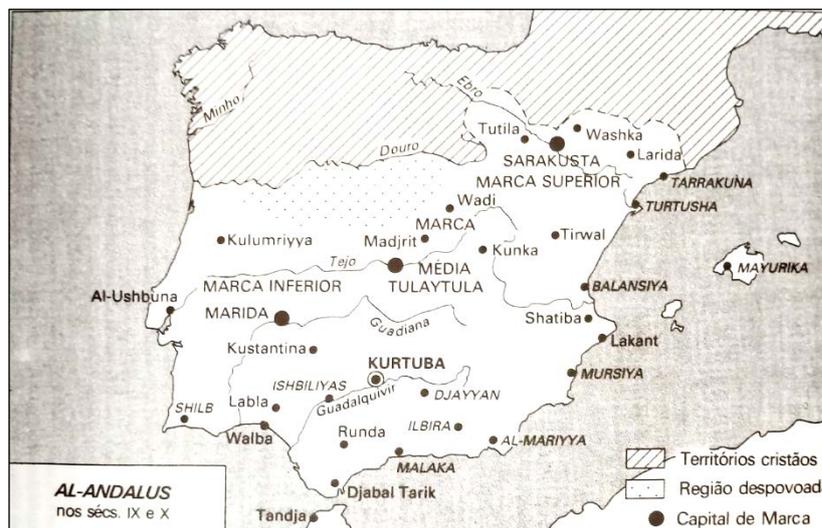
Embora estejamos certos de que foi um espaço impreciso, afirmar somente que a fronteira foi uma membrana permeável e dinâmica não contribui para o entendimento das questões históricas levantadas. Tanto é que Renata Vereza, adotando a perspectiva de que a fronteira em si não existe, defendeu ser “necessário que a aproximação ao fenômeno supere a mera descrição formal das suas características” (VEREZA, 2016, p. 52). Partindo desta posição, a autora entende que a adoção da fronteira como um objeto histórico só é possível se levarmos em consideração que foi o resultado de um movimento ou uma transformação, realizada pela sociedade responsável por sua construção. Dessa forma, “a fronteira em si não determina a realidade e sim a evolução das formações sociais que a produzem” (VEREZA, 2016, p.53). Por razões como essas, Thomas F. Glick (1993, p.83) concluiu que a fronteira não foi somente uma entidade real, mas um conjunto de percepções que influenciaram nas atitudes e nas ações de cristãos e muçulmanos, sendo capazes de modelar o enfrentamento político e cultural entre os dois lados.

Se no mundo atual um país pode tocar o outro, na Antiguidade, e sobretudo no medievo, a fronteira tende a ser imaginada como uma zona “tampão” de soberanias incertas, caracterizada pela escassez populacional e pela alta probabilidade de conflitos militares que, a partir da ação dos Estados nacionais, foi recuando lentamente até o seu completo desaparecimento. Na Grécia Clássica, por exemplo, quando um rei espartano dirigia-se à guerra, era acompanhado de um portador do fogo que o escoltava até a fronteira e ali fazia um sacrifício para garantir as bênçãos dos deuses em sua passagem pela zona limíte (GENNEP, 2013, p.35). No mundo romano, a existência de uma série de círculos concêntricos que irradiavam a cultura romana para além de suas fronteiras, contribuiu para a formação de uma zona tampão entre o *limes* e a Germânia Livre. Segundo Michael Kulikowski, enquanto a diferença entre romanos e bárbaros era mais contrastante longe da fronteira, era difícil distinguir a cultura dos povos nativos e de seus vizinhos dentro da faixa fronteiriça (KULIKOWSKI, 2008, p.52).

Nos primeiros séculos da ocupação islâmica, o Império Omíada impôs sobre o território peninsular uma divisão baseada em três marcas fronteiriças: uma superior, com capital em

Saragoça; outra média, cuja sede localizava-se em Toledo; e uma inferior, com capital em Mérida (Imagem 1). Com a desintegração da administração omíada, as marcas fronteiriças foram ultrapassadas pelos movimentos de expansão das monarquias cristãs ou tiveram seu território reconfigurado, à custa das relações políticas entre os reinos do norte e as taifas islâmicas. No início do século XII, o sistema de marcas utilizado pelos omíadas acabou sendo desarticulado, uma vez que elas não pareceram compatíveis com a maneira centralizada como o recém chegado Império Almorávida administrava seu território. A partir desse período, o *al-Andalus* passou a contar não com um sistema marcas centralizadas, como o que foi estabelecido pelos omíadas, mas com a existência de uma série de regiões defensivas que modelavam o espaço fronteiriço controlado pelos muçulmanos, e eram mantidos graças à proximidade das estruturas urbanas instaladas perto da fronteira ou das fortificações erguidas neste espaço.

Imagem 1 – As marcas hispânicas



Fonte: RUCQUOI, 1995, p. 78.

Ainda que a historiografia tenha se inclinado a enxergar a fronteira como uma zona neutra, não estamos certos de que as marcas que separaram cristãos e muçulmanos durante a Alta Idade Média, ou mesmo a fronteira entre Castela e Granada no século XIII, possam ser classificadas como um território neutro. Embora o afastamento do centro, o declínio populacional e a redução do número de assentamentos tenham mostrado que extremidades possuíram um controle mais frouxo por parte do poder real, é necessário levar em consideração que os castelhanos possuíram um consciência de fronteira muito viva frente aos adversários muçulmanos e, portanto, uma análise historiográfica sobre o espaço que se sustente frente às críticas deve ultrapassar alguns conceitos de ordem meramente alegórica como zona neutra.

José Angel García de Cortázar (2004, p.138), discutindo sobre o estreito relacionamento entre a sociedade e o território, afirmou que o espaço físico é sempre um espaço social. Logo, o território, que a princípio não passa de um fenômeno da natureza, pode ser entendido como um produto histórico construído pela sociedade que se instalou nele para alimentar uma estrutura de poder baseada em laços territoriais e em relações de produção alojadas no solo. Ainda nessa questão, parece-nos um tanto inadequado qualificar o território fronteiriço como uma zona neutra, já que a existência de toda uma arquitetura militar, como castelos, muros e torres de vigilância, indicam tentativa de representação do poder real, ou mesmo dos senhores locais, de controlar o espaço fronteiriço e reunir grupos humanos em torno de um símbolo de poder. Sendo assim, as fortificações instaladas na fronteira, mais do que estruturas militares planejadas para conter o avanço adversário, foram elementos de enraizamento do poder no solo e sobre os habitantes do entorno que dependiam de sua proteção. Como bem destacou Jean-Marie Pesez:

O castelo é primeiramente uma casa, uma residência aristocrática que abriga um homem que é um senhor, um dominus, (...) o poder e até a segurança do senhor residem no controle que ele exerce sobre um território mais ou menos vasto, sobre homens mais ou menos numerosos. O castelo é assim, também, a cabeça de um domínio cujas muralhas abrigam as colheitas e a sede do poder de comandar outros homens (2006, p.153).

Em seu livro *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval*, Thomas F. Glick constatou que a sensação de insegurança e violência na Andaluzia, forjada à custa de incursões e razias inimigas, gerou uma imagem dominante da fronteira como um local desabitado, o “*locus desertus*”. Para o autor, “el elemento de la percepción de la frontera por los castellanos y leoneses de los siglos IX y X era la conciencia de la escasez de su propia población en comparación con el gran número de adversarios musulmanes” (GLICK, 1993, p.81). Richard Fletcher, ao tentar compreender o reino de Castela nos tempos de *El Cid*, também optou por seguir a linha de pensamento de Thomas F. Glick. Em suas análises, Fletcher acredita que em um mundo rude e duro, onde a guerra estava sempre por perto, é bem provável que uma das características das zonas periféricas de Castela fosse a escassez de população. Para solidificar sua hipótese, o autor cita um trecho de um poema de Fernán González que descreve o cenário castelhano do século X como um local com “poucos homens reunidos numa terra pequena” (FLETCHER, 2002, p.84).

Segundo André Bazzana, a debilidade demográfica, tanto do lado cristão quanto do lado islâmico, transformou a fronteira em uma espécie de zona pouco ocupada, flutuante e imprecisa, sendo considerada durante muito tempo como um espaço aberto a todo tipo de aventuras

(BAZZANA, p.40). Do mesmo modo, Glick destacou que a historiografia recente tendeu a construir uma imagem da fronteira escassamente povoada baseada em expressões extraídas da documentação que, na verdade, poderiam possuir um valor retórico (1993, p.81), pois a consciência de um espaço pouco habitado nasce da comparação entre a baixa densidade de assentamentos cristãos e o progressivo aumento das habitações islâmicas quando se cruzava a fronteira. Para Glick, a ideia de um território desabitado, ou de uma terra de ninguém, pode significar também uma terra que carecia de uma organização política ou administrativa e que, sendo assim, necessitava de uma colonização dentro da lógica de organização feudal do espaço (1993, p.114).

Acreditamos ser perfeitamente compreensível uma classificação inicial do espaço fronteiriço como uma terra de ninguém, já que a existência de um povo com concepções político-religiosas tão distintas dos castelhanos, como foram os muçulmanos, aumentava constantemente a expectativa de confronto e a sensação de insegurança, que poderia facilmente levar os grupos humanos instalados na fronteira a perceberem esse espaço como um local que escapava do controle exercido pelo poder real. Todavia, ainda que exista um vácuo entre as terras controladas pelos cristãos e o território ocupado pelos muçulmanos, o espaço fronteiriço foi, durante a Reconquista, um local disputado, principalmente após o desenvolvimento da noção de soberania, no século XIII, e com ele a concepção de que o poder real se manifesta não mais sobre um conjunto de súditos, mas sobre um espaço físico determinado por fronteiras específicas.

Muitos autores, a exemplo de José Rodriguez Molina e Richard Fletcher, caracterizaram a fronteira como um espaço deserto e solitário, onde se encontravam homens maus, aventureiros, criminosos e escravos fugitivos. Na região de fronteira, segundo as investigações de Fletcher, “vastas extensões de terra ainda se encontravam em estado agreste (...), elas eram habitadas também por gente voluntária ou involuntariamente marginalizada da sociedade humana” (2002, p.85). Explorar uma fronteira como um espaço marginal não é uma novidade da historiografia atual. No fim do século XIX, através da observação da expansão americana para o Oeste, Frederick Jackson Turner revelou a fronteira como um amplo campo de estudo para os historiadores, defendendo-a como “o pico da crista de uma onda – o ponto de contato entre o mundo selvagem e a civilização” (KNAUSS, 2004, p.24). Este ponto de contato, ou seja, a zona de fronteira, recebeu nos estudos de Turner o nome de *wilderness*<sup>1</sup>. Por representar uma natureza inóspita e remota da paisagem fronteiriça, o termo *wilderness* é o equivalente à expressão *tierras de nadie* (terras de ninguém) utilizada na historiografia espanhola. A região

inóspita de *wilderness*, quase sempre em contato hostil com os povos indígenas, foi responsável pela promoção da nacionalidade americana, uma vez que, enquanto o litoral permanecia preponderantemente inglês, a fronteira oeste atuou como uma espécie de “escola de treinamento militar, mantendo viva a força de resistência à agressão, desenvolvendo as qualidades vigorosas e rudes do homem da fronteira” (KNAUSS, 2004, p.35).

No caso do medievo, Jacques Le Goff também insistiu que a violência e o desrespeito aos mecanismos de enquadramento social permitem propor a fronteira como um mundo, caracteristicamente, fora da lei. O desejo de aventura e de promoção social existente nas zonas periféricas do mundo medieval tornaram-nas um terreno amplo de conquistas, penetráveis por indivíduos com interesses econômicos e religiosos. Para o autor, “o mundo da fronteira é assim, por excelência, o do *aut law*” (LE GOFF, 2006, p.208). Curiosamente, um recente estudo de Emílio Martín Gutiérrez, acerca da fronteira de Arcos no século XIII, levantou algumas dúvidas sobre o conceito de terras de ninguém. Mesmo entendendo que o território fronteiriço estava sujeito a constantes cavalgadas, com objetivo de interromper o trabalho agrícola e a exportação da produção, Martín Gutiérrez deixa claro que não está totalmente convencido de que a expressão terras de ninguém refletia a verdadeira realidade da fronteira entre Castela e *al-Andalus*:

Sin embargo tengo mis dudas en relación con la equiparación de esta zona fronteriza con una zona de nadie o un espacio vacío. Apesar de que la Frontera fuese un lugar inseguro, el aprovechamiento de los recursos en esos espacios continuó durante los siglos bajomedievales (2016, p.183).

Certamente, os achados arqueológicos encontrados na zona de fronteira, como pontas de lanças, punhais e flechas, que evidenciam sua função bélica e o clima de insegurança que pairava na região, sugerem que travessia da fronteira era mais frequente do se imagina.

Para os castelhanos, a área situada entre a borda das terras islâmicas e o extremo de seu território era considerada completamente hostil. Sem dúvidas, os principais fatores que acentuavam essa percepção negativa sobre o espaço fronteiriço foram a sensação de insegurança que dominava o ambiente e a presença de um grupo humano considerado de baixa índole, em virtude de um relacionamento mais estreito com os muçulmanos do outro lado da fronteira. Dentro das análises de Thomas F. Glick, a consciência da escassez de sua própria população, em comparação ao grande número de muçulmanos foi o elemento básico de percepção da fronteira pelos castelhanos, pelo menos entre os séculos IX e X (1993, p.81). Para

o autor, foi somente com a morte de al-Mansur, em 1002, e o deslocamento da balança de poder em favor dos cristãos que o sentimento de percepção da fronteira começou a mudar. Os reis castelhanos aumentaram constantemente sua força e iniciaram a concessão de foros ou cartas de titularidade para terras que ainda estavam sob o domínio islâmico (Imagem 2).

Imagem 2 – As campanhas de al-Mansur



Fonte: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2007. p.153.

Cronologicamente, a ocupação do espaço em *al-Andalus* pode ser compreendida se a perspectiva de García de Cortázar estiver correta, através de algumas etapas distintas:

Seguimos aceptando, por ello, cinco fechas clave: 912, llegada de los castellanos al Duero; 1085, llegada al Tajo y consolidación del espacio entre Duero e Tajo; 1212, llegada a Sierra Morena y consolidación del territorio entre el Tajo y aquélla; 1264, control de la Andalucía bética; 1492 dominio de la Andalucía penibética. Las diferencias de tirmos entre las distintas etapas de ocupación del espacio permiten plantear la hipótesis de la incidencia que una mayor o menor duración de cada una de ellas pudo tener en la configuración social y económica de los distintos espacios como amplias unidades regionales (2004, p.19).

Nesse fenômeno, em que uma necessária alteridade positiva se espalhou pela Andaluzia semelhante a uma mancha de azeite (GARCÍA FERNANDEZ, 2016, p.144), os castelhanos iniciaram uma lentíssima marcha em direção ao Estreito de Gibraltar, empurrando a faixa fronteiriça para o sul da Península Ibérica, contribuindo, assim, para transformar um espaço sócio-político, que praticamente não existia e, que se diga de passagem, era atravessado

majoritariamente pelos muçulmanos, em uma extensa área de mobilidade territorial e sociocultural que não pertencia, inteiramente, nem às autoridades islâmicas e nem aos reis cristãos.

O arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada, descrevendo a tomada do castelo de Ferral, que ficava na região fronteira de Jaén, conseguiu preservar em sua crônica parte deste ambiente hostil que fugia do controle dos líderes cristãos. Na *Historia de Rebus Hispanie*, Rodrigo de Toledo narrou que depois da ocupação do castelo de Ferral:

Un destacamento de moros vigilaba el passo de los cristianos durante ese día y parte del siguiente, y allí se produjeron aquel día bastantes escaramuzas entre los nuestros y ellos, de manera que hubo algunas bajas, pero no muchas, por ambos os bandos (JIMÉNEZ DE RADA, 1989. Livro VIII, Capítulo VII, p.317).

Os cronistas reponsáveis pela composição da *Primera Crónica General de España*, talvez inspirados pelo texto do Toledano, também deixaram transparecer que, além de existir uma certa noção dos limites por onde se estendia o poder real castelhano, havia, inclusive, uma clara consciência de que ultrapassar este limite impreciso significava adentrar em um território desfavorável e submeter todo o grupo humano que realizou esta transposição a uma possível pressão militar contínua, a exemplo do que suportaram as tropas comandadas pelo mestre da Ordem de Santiago fora do território castelhano:

Don Pelay Correa maestre de la orden de Vcles, con su caualleria, que eran entre freyres et seglares dozientos et ochenta caualleros, fue pasar el rio, et paso allende de la outra parte so Eznalfarax, a gran peligro de si et de los que con el eran, ca mayor era el peligro desa parte que de la outra; ca abenmafot, que a esa ssazon era rey de Niebla, les estaua desa parte punaua de los enbargar quanto mas podia, et toda la outra tierra desa parte era estonçes aun de moros (AFONSO X, 1977, cap. 1081. p. 750-751).

Através da análise das fontes, fica claro que a expressão terras de ninguém é uma construção própria da historiografia a partir das características da fronteira que a documentação permitiu enxergar. Portanto, essa expressão não poderá ser encontrada literalmente nas crônicas latinas ou mesmo na *Crónica General*, ainda que a maneira como seus autores descreveram o imaginário fronteiro, como acabamos de evidenciar pelas citações acima, permita-nos entender as razões que levaram os pesquisadores a formular este conceito. De maneira geral, as crônicas do século XIII nem sempre utilizaram a palavra fronteira para indicar a transposição de um espaço para o outro. Para os cronistas castelhanos, o mais importante era descrever os resultados de um confronto militar e não a maneira como os cristãos chegaram a um

determinado ponto estratégico, tanto é que a infiltração no território adversário foi frequentemente generalizada por expressões como “*intrauit in terram Maurorum*”<sup>2</sup> (BREA, 1984, p.79).

José Rodriguez Molina, analisando a convivência entre cristãos e muçulmanos na Península Ibérica, assumiu que existe uma tendência em considerar a zona de fronteira como um deserto estratégico onde criminosos e renegados de ambas as religiões viviam e conviviam. Mas, para além desse mundo de excluídos (2007, p.35), o autor salienta que nesse espaço também viveram numerosos pastores com seus rebanhos, lavradores que trabalharam em terras arrendadas do outro lado da fronteira, caçadores que procuravam suas presas nos limites de um povoado vizinho e mercadores que exploravam as rotas comerciais cortadas pela fronteira. Assim como fez Rodriguez Molina, o historiador Jacques Le Goff também defendeu que as transformações nas zonas periféricas não possuíam um sentido único, dentro de seus múltiplos objetivos, tais como a demografia, a economia ou a religião, pois o que houve foi espaço para trocas e simbioses (2006, p.209).

Analisar a convivência entre mouros e cristãos dentro da Península Ibérica, certamente, não é uma tarefa tão simples quanto aparenta. A princípio, a suposta convivência entre cristão e muçulmanos na Península Ibérica, uma temática muito influenciada por Américo Castro, foi construída a partir das atitudes tomadas pelos califados islâmicos frente à população hispanogoda submetida após as conquistas do século VIII. No início da ocupação muçulmana, a vida política em *al-Andalus* esteve condicionada ao equilíbrio de forças entre duas minorias não-muçulmanas e três grupos islâmicos culturalmente distintos. Quando se trata da temática da convivência em *al-Andalus*, os cristãos moçarabes e os judeus são sempre mencionados como exemplos de minorias não-muçulmanas que habitaram as terras islamizadas na Península Ibérica. Em relação à população islâmica que fixou-se no *al-Andalus* durante o início de sua colonização, acredita-se que estava subdividida entre três camadas sociais: “Los árabes, que, aunque pocos en número, constituían la élite dominante políticamente muy poderosa; los bereberes, muy superiores en número a los árabes y una gran potencia militar; y los neomusulmanes, *muwalladun*, que con el tiempo constituirían la mayoría de la población” (GLICK, 1993, p.217).

Ao contrário do que se pensa, a imagem que podemos construir da sociedade califal que dominou o *al-Andalus* nos primeiros séculos de ocupação não é de uma sociedade integradora, mas sim de uma sociedade excludente, pois, como insistiu García Fitz, as relações entre essas comunidades distintas, tanto por laços religiosos como por laços culturais, nunca se

desenvolveram em pé de igualdade, sendo marcadas por uma clara e inquestionável superioridade de um grupo sobre o outro (2003, p.23). Embora os argumentos construídos por Christopher Tyerman sobre a interação na Península Ibérica mereçam um certo reconhecimento, principalmente quando o autor afirma que a sociedade de *al-Andalus* “não produziu nem um apartheid cultural nem um Éden de harmonia multicultural” (2010, p.801), a demasiada insistência em um califado omíada como uma terra de diversidade e de convivência, onde cristãos viviam lado a lado com os vizinhos árabes requer uma revisão.

Se cristãos e muçulmanos permaneceram tolerados no *al-Andalus* foi, certamente, devido às necessidades políticas e econômicas dos conquistadores árabes e bérberes, que reconheceram a impossibilidade de impor seu domínio e submeter a população local com um efetivo militar tão baixo, como o que havia atravessado o Estreito de Gibraltar durante a invasão da Península. Para Garcia Fitz, ainda que cristãos e judeus tenham conseguido viver sob domínio muçulmano sem ter que renunciar as suas crenças e seu modo de vida, isso não significa que estamos diante de uma sociedade que procurou integrar culturas distintas. Afinal, “el statu político, social y económico de los cristianos e de los judíos de *al-Andalus* esta caracterizado por el signo de la exclusión y de la inferioridad” (2003, p.24).

De qualquer maneira, a chegada de novas hostes vindas do Magreb nos séculos XI e XII reduziu drasticamente a possibilidade de sobrevivência de grupos cristãos dentro de *al-Andalus*, uma vez que tanto o império almorávida quanto o império almôada trataram de acentuar o caráter sagrado da guerra contra os reinos cristãos. Durante a dominação de ambos impérios sobre o *al-Andalus*, a mais simples possibilidade de coexistência tornou-se impossível (GARCÍA FITZ, 2003, p.27). No século XIII, quando Castela avançou para o sul, a convivência nas terras islâmicas já havia cessado por completo ou encontrava-se moribunda (WHEATCROFT, 2004, p.102). Essa relação entre dominadores cristãos e dominados islâmicos fora frequentemente interpretada como sintomas de tolerância e convivência entre comunidades distintas. Contudo, a sociedade cristã reproduziu o mesmo fenômeno de coexistência em um plano indiscutivelmente desigual, para não dizer de segregação ou de exclusão social, que a sociedade muçulmana tinha praticado séculos antes, pois, partindo das análises do autor, muitos muçulmanos permaneceram vivendo nas cidades conquistadas pelos cristãos e puderam continuar praticando sua religião, a exemplo do fenômeno mudéjar. Entretanto, quando se observa o cerne das relações produzidas neste período, devemos evitar deixar-nos conduzir para o engano. Ainda que os grupos islâmicos tenham conservado parte de sua estrutura social e religiosa, eles continuaram em uma situação de submissão político e

militar com os castelhanos, que exigiam o vínculo vassalático, o pagamento de tributos e a implantação de guarnições cristãs nas fortalezas muçulmanas (GARCÍA FITZ, 2003, p.30).

Infelizmente, o silêncio das fontes em relação à coexistência nas cidades próximas da fronteira ou mesmo a carência de investigações sobre as relações comerciais com o mundo islâmico, impedem-nos de entender com clareza como se deu o processo de interação entre mouros e cristãos na fronteira durante o século XIII. O próprio Rodrigo Jiménez de Rada, na condição de autor da *Historia de Rebus Hispanie*, não mencionou, em sua crônica, que no ano de 1234 o papa Gregório IX respondeu a uma petição sua autorizando os habitantes de Quesada a comercializarem bens de subsistência com os muçulmanos (COCA CASTAÑER, 2009, p.370). Se por um lado as crônicas castelhanas deixaram de apresentar as possibilidades de interação pacífica entre os grupos humanos que habitaram na fronteira, por outro lado elas não pouparam esforços para destacar que o cotidiano nos limites da Cristandade tendeu a ser um tanto desafortunado.

Na *Chronica Latina Regum Castellae*, por exemplo, a transposição pela zona de fronteira foi marcada pela necessidade de abrir caminho entre as fortificações vigiadas pelos muçulmanos e a travessia por lugares de difícil acesso entre as florestas ou entre as montanhas desertas (BREA, 1984, p.38). O próprio rei Fernando III, segundo esse documento, cavalgou de Mérida a Córdoba através de uma terra inviável e deserta, entre a ameaça de ataque das tropas islâmicas e os caminhos cobertos por lodo e por rios que haviam transbordado em função do grande volume de chuvas (BREA, 1984, p.95).

No final do século XIX, Miguel Mancheño y Olivares, tentando valorizar o papel de Arcos da Fronteira no contexto da Reconquista, concluiu que a vida naquele período devia ter sido sobretudo azarada. Em sua obra intitulada *Apuntes para una historia de Arcos de la Frontera*, o historiador procurou imaginar o cotidiano dos homens de Arcos através das características que as crônicas indicavam:

Siempre alerta y vigilantes los que guarnecían los diversos castillos y atalayas que avanzados en las alturas distantes servían de centinela perpetuo a la ciudad, hacían señales con hogueras y ahumadas desde el momento que divisaban fuerzas con moros por los campos. A aquel signo temeroso, los pastores y ganaderos recogían inmediatamente sus ganados acercándose a la más próxima fortaleza, bajo cuya protección se ponían, mientras que la mesnada de la ciudad, armándose a toda prisa salía siguiendo su bandera a acometer los infieles y hacerlos huir despavoridos, en tanto que las madres y las esposas corrían a las iglesias a pedir a Dios por la vida de sus hijos y esposo. Cerrábanse todas las noches las puertas de la villa, que quedaba con segura custodia, y hasta el amanecer elaban sobre torres y murallas los vecinos armados, a cuya hora abriéndose las puertas, salían por ella destacamentos de jinetes que verificaban una

cuidadosa descubierta por todos las inmediaciones a fin de evitar una sorpresa del enemigo (2016, p. 229).

Embora a historiografia tenha enxergado no despovoamento um dos principais aspectos da fronteira, classificá-la como uma terra de ninguém ou um espaço desértico, sem submeter seu conceito às reflexões necessárias, é arriscar-se a compreender sua realidade de forma equivocada. Alguns autores, como García de Cortázar e André Bazzana têm optado por considerar a fronteira como uma “terra de quase ninguém” ou um espaço “semivazio” entre dois mundos rivais, uma vez que os limites entre *al-Andalus* e os reinos cristãos não foram simplesmente uma terra vazia, embora seu frágil equilíbrio tenha contribuído para uma permanente debilidade demográfica. Para Thomas F. Glick, a imagem dominante da fronteira como um local deserto ou inabitável, dadas as usuais condições de insegurança e as ameaças de incursões, possui um valor retórico (1993, p.75). Em suas análises, a baixa densidade de assentamentos cristãos e a consciência da escassez de sua própria população em relação ao grande número de adversários muçulmanos interferiram na forma como os castelhanos observaram o espaço fronteiriço (1993, p.81). Sendo assim, a noção de terras de ninguém é uma perspectiva que só pode ser levada em consideração se tentarmos observá-la do ponto de vista dos castelhanos que se deslocavam para sul, tendo em vista que os próprios cronistas do século XIII sugerem que a população islâmica dentro da franja fronteiriça era relativamente maior do que o contingente cristão.

Os clérigos responsáveis pela composição das crônicas latinas, através do uso de metáforas e do provável desejo de inflamar a luta contra os mouros, categorizaram as tropas inimigas como um enxame de abelhas (TUY, 1926, p.434) ou uma multidão comparável a areia do mar, que em sua passagem pela fronteira era capaz de destruir os pastos com os cascos dos cavalos e fazer os rios secarem (JIMÉNEZ DE RADA, 1989, p.299). O chanceler Juan de Osma, dono de uma escrita menos alegórica do que Lucas de Tuy e Rodrigo de Toledo, optou por uma descrição pouco romantizada das hostes muçulmanas, mas que, de maneira geral, contribuiria para a super valorização do número de adversários: “Terribiles quidem erant castrorum acies ordinate; nunquam tot et talia arma ferrea in Hispaniis uisa fuerunt” (BREA, 1984, p.30)<sup>3</sup>.

A super valorização do efetivo adversário não é uma novidade nas crônicas castelhanas. Desde a antiguidade, tem sido comum a estratégia de fazer o número de inimigos parecer infinito para destacar que a valentia e as bênçãos de Deus pairavam sobre os vencedores. Embora seja difícil oferecer dados demográficos confiáveis para o período medieval, devido à

inexistência de recenseamentos regulares ou registros de nascimentos e mortes (BASCHET, 2006, p.100), é bem provável que as cidades muçulmanas fossem mais populosas que as cidades castelhanas em virtude das constantes ondas migratórias vindas do Magreb e por sua inserção nas grandes rotas comerciais islâmicas desde o período omíada.

A este respeito, Richard Fletcher notou que, quando comparadas, as cidades cristãs que ficavam entre o Tejo e o Guadalquivir pareciam pequenas e escassas frente às cidades prósperas e maiores que existiam em *al-Andalus* (2000, p.164). É possível também que a percepção do cronista em relação ao exército islâmico estivesse relacionada às inovações táticas introduzidas pelos almorávidas e almôadas na guerra de fronteira. Segundo Ricardo da Costa, os impérios marroquinos acrescentaram às tropas regulares três fileiras de arqueiros, garantindo a superioridade da infantaria e da arquearia sobre a cavalaria cristã. Além disso, renovaram a arte da guerra através da utilização dos “sons escatológicos” (1998, p.91), geralmente com grandes tambores, cuja função era amedrontar o inimigo.

Essa nova forma de fazer a guerra deve ter causado o pavor esperado em um grupo de cristãos, que, até o limiar do século XIV, ainda não dispunha de um exército permanente. Reunir um grande número de homens foi uma constante preocupação do poder central castelhano, uma vez que a utilização de exércitos sazonais e de números variados o colocava em certa desvantagem quando comparado ao mundo de *al-Andalus*.

Em última análise, o despovoamento da zona limítrofe e o abandono das áreas de cultivo, que levaram os historiadores a classificá-las como uma terra de ninguém, possuem uma tênue relação com o modelo de ocupação do espaço utilizado pelos castelhanos durante a Idade Média Central. Tanto é que García de Cortázar chamou atenção para as características da ocupação territorial que formou entre os cristãos uma imagem do espaço fronteiriço (2004, p.20).

Para o autor, a maneira como os muçulmanos ordenaram o espaço através de grandes aglomerados urbanos levou os castelhanos a aplicarem um modelo de ocupação, que começava pelas incursões de devastação, para privar a população dos bens necessários para seu sustento, seguia pela captura das fortificações, que constituíam sua defesa avançada e concluía com o assédio da cidade (GARCÍA DE CORTÁZAR, 2004, p.20). Certamente, o processo de ocupação do *al-Andalus* e a reação militar que a invasão cristã produziu na sociedade islâmica acabaram contribuindo para o abandono da região de fronteira, tendo em vista que a população inerme, por sua vulnerabilidade, era geralmente a mais afetada pelas incursões de saque no território inimigo.

Manuel Alejandro Rodríguez de la Peña defendeu uma posição particularmente interessante para nosso estudo. Dentro de suas análises, a população civil do Ocidente latino que habitou os territórios limítrofes com outras civilizações, durante a Idade Média, esteve imersa em uma contínua espiral de violência, uma vez que as expedições de saque, realizadas com o intuito de amedrontar e desmoralizar a população civil, eram uma forma característica de fazer a guerra pelos grupos que viviam de ambos os lados da fronteira (RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, 2009, p.32).

### Referências bibliográficas

- AFONSO X. *Primera Crónica General de España*. Ed. Ramón Menéndez Pidal, Madrid: 1977.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal, do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- BAZZANA, André. *El concepto de frontera en el Mediterráneo Occidental en la Edad Media*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/993825.pdf>. Acesso em: 08/04/2020.
- BREA, Luis Charlo (Trad.). *Crónica Latina de los Reyes de Castilla*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 1984.
- COCA CASTAÑER, José Enrique López de. *La frontera de Granada (Siglos XIII-XV): El comercio com los infieles*. In: *Cristianos y musulmanes en la península Ibérica: La guerra, la frontera y la convivencia*. XI Congreso de Estudios Medievales. Avila: Fundación Sánchez Albornoz, 2009.
- DA COSTA, Ricardo. *A guerra na Idade Média, um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica*. Rio de Janeiro: Edições para todos, 1998.
- FLETCHER, Richard. *Em busca de el Cid*. São Paulo: Editora Unesp. 2002.
- FLETCHER, Richard. *La España Mora*. Editorial Nerea, 2000.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, Fernando. *Atlas de História de España*. Barcelona: Editorial Planeta S.A, 2007.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel. *Sociedad y organización del espacio en la España medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada. 2004.
- GARCÍA FERNANDEZ, Manuel. *Arcos y el surgimiento de la frontera andaluza (1256-1350)*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Las minorías religiosas y la tolerancia en la Edad Media Hispánica*. In: GARCÍA SANJUÁN, Alejandro. *Tolerancia y convivencia étnico-religiosa en la Península Ibérica durante la Edad Media*. III Jornadas de Cultura Islámica. Universidad de Huelva, 2003.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GLICK, Thomas F. *Cristianos y Musulmanes en La España Medieval (711-1250)*. Madrid: Alianza Editorial. 1993.

- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Relación Final*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de & BURESI, Pascal & JOSSERAND, Philippe. *Identidad y representación de la frontera en la España medieval*. Madrid: Casa de Velázquez & Universidad Autónoma de Madrid. 2001.
- JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.
- KNAUSS, Paulo (Ed.). *Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed Uff, 2004.
- KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras 2008.
- LE GOFF, Jacques. *Centro/Periferia*. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.
- MANCHEÑO Y OLIVVARES, Miguel. *Apud: CARRIAZO RUBIO, Luis Juan. La frontera en la historiografía de Arcos*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.
- MARTÍN GUTIÉRREZ, Emilio. *Los paisajes de la frontera de arcos a fines del siglo XIII*. In: SÁNCHEZ SAUS, Rafael & GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord). *Arcos y el nacimiento de la frontera andaluza (1264-1330)*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2016.
- PESEZ, Jean-Marie. Castelo. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Edusc, 2006.
- RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro. *Añadiendo muertos a los muertos: el destino de los vencidos en la frontera de Al Andalus en crónica latina plenomedieval*. In: RODRÍGUEZ DE LA PEÑA, Manuel Alejandro (Coord). *Hacedores de frontera: Estudios sobre el contexto social de la frontera en la España medieval*. Madrid: CEU Ediciones. 2009. p.32.
- RODRÍGUEZ MOLINA, José. *Convivencia de cristianos y musulmanes en la frontera de Granada*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/17206321/Convivencia-Entre-Cristianos-y-Musulmanes-en-La-Frontera-de-Granada>. Acesso em: 20/02/2019.
- RODRÍGUEZ MOLINA, José. *La vida de moros y cristianos en la frontera*. Alcalá la Real: Alcalá Grupo Editorial. 2007.
- WHEATCROFT, Andrew. *Infiéis: O conflito entre a cristandade e o islã (632-2002)*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.
- TUY, Lucas de. *Crónica de España*. Madri: Real Academia de la Historia, 1926.
- TYERMAN, Christopher. *A Guerra de Deus: uma nova história das Cruzadas*. Vol.2. Rio de Janeiro: Imago, 2010.
- VEREZA, Renata. *Na fronteira com Santa Maria: aproximação dos conflitos na fronteira andaluza a partir das Cantigas de Santa Maria (Século XIII)*. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18\\_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/3fdd18_4f8c8225462442a3815d3114363942ec.pdf). Acesso em: 17/07/2018.

Recebido em 04/04/2020.

Aceito em 20/05/2020.

---

<sup>1</sup> *Wilderness*: Em uma tradução literal significa terra inculca, deserto ou selva. Deriva da palavra inglesa *wild*, cuja tradução seria selvagem, no que se refere à paisagem (Livre tradução).

<sup>2</sup> “Entrou nas terras dos mouros” (livre tradução).

<sup>3</sup> Em verdade, terríveis pareciam as filas ordenadas dos acampamentos; nunca tantas e tais armas de ferro se haviam visto nas terras hispânica (Livre tradução).